

MAX WEBER: “CIÊNCIA E POLÍTICA – DUAS VOCAÇÕES”
AULA 1 – 14.08.2018 (CURSINHO POPULAR PARA DPESP)

1. Apresentação

2. Histórico das últimas provas da DPESP

A disciplina FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA começou a ser cobrada dos candidatos a partir do IV Concurso, e está presente nas três fases do certame, a saber, prova objetiva, prova escrita e prova oral.

Na prova objetiva, são oito questões de filosofia e os candidatos têm que acertar pelo menos duas para não serem eliminados.

Na prova escrita, são duas questões dissertativas. E, na prova oral, são feitas questões sobre os pontos indicados no edital.

Após uma análise das quatro últimas provas objetivas, vê-se que o examinador no IV, V e VII Concurso cobrou, em cada uma dessas provas, duas questões sobre o texto de WEBER, ou seja, 25% das perguntas de filosofia foram sobre essa obra. Além disso, todos os itens do edital referentes ao texto já foram abordados, o que mostra como o examinador gosta desse tema.

Portanto, vamos fazer um estudo item por item do edital – aqui, tomo como base o edital do VII Concurso –, ressaltando as principais passagens do ensaio weberiano, pois as questões são tiradas da literalidade da obra, ou seja, não necessita que o candidato tenha conhecimentos além do texto, ou conhecimentos específicos sobre Max Weber.

3. Breve introdução sobre o texto weberiano

“Ciência e Política: Duas Vocações” é uma famosa obra de Max Weber. É dividida em duas partes, que na verdade são duas conferências, a primeira sobre ciência e a segunda sobre política.

A primeira parte: “A ciência como vocação”, corresponde aos pontos 2.1 e 2.1.1 do edital.

Já a segunda: “A política como vocação”, corresponde aos itens 5.1, 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3.

Os trabalhos de Max Weber são de fundamental importância para o desenvolvimento da sociologia contemporânea e, junto com a obra de Marx, Comte e Durkheim, é um dos fundamentos da metodologia da sociologia moderna.

Ainda, a título introdutório, vale dizer que as conferências têm de ser consideradas dentro do contexto histórico e da tradição cultural na qual está inserido o autor: o ensaio se originou de uma palestra proferida em 1920, ou seja, a quase 100 anos.

O texto possui uma linguagem clara, alguns termos técnicos, mas que podem ser compreendidos sem grande dificuldade.

- **Tema central da obra weberiana é a racionalidade.**

Vamos agora examinar o texto weberiano de acordo com os itens presentes no edital do VII Concurso.

4. Primeira parte: “A ciência como vocação” (p. 17-64)

Refere aos pontos 2.1. (Max Weber e o problema da significação da ciência) e 2.1.1. (Ciência, desenvolvimento da tecnologia e controle da vida) do edital.

No último Concurso foram feitas duas perguntas sobre a primeira parte da obra weberiana, que trata do tema da ciência como vocação.

Este ensaio é dividido em quatro tópicos inominados.

4.1. (p. 17-34)

O tema do ensaio é a ciência como vocação. O autor deixa claro que irá utilizar-se do método comparativo: irá comparar as carreiras docentes na Alemanha e nos Estados Unidos.

Para Weber, a diferença entre o sistema alemão e o estadunidense é que naquele a carreira acadêmica se apoia em alicerces plutocráticos, a saber, o jovem cientista tem que contar com a sorte e ajuda financeira, por anos a fio, até aparecer uma oportunidade de ocupar uma posição melhor, que se dará por meio de um concurso. Já no sistema estadunidense, vige o sistema burocrático, ou seja, desde o início da carreira o jovem cientista recebe um pagamento fixo e quanto mais alunos (“salas cheias”) ele tiver, maior será a sua recompensa e mais bem sucedido será. A tendência é a americanização da Universidade alemã.

Também, é notório o papel do acaso no sucesso acadêmico de um jovem cientista: Weber diz que o **acaso** é um aspecto próprio da carreira universitária, pois depende dele para que um cientista venha a ocupar uma posição de professor titular ou diretor de um instituto. Cito passagem do texto:

Com base em tal experiência, creio possuir visão penetrante para compreender o imerecido fado de numerosos colegas para os quais a fortuna não sorria, e ainda não sorri, e que, devido aos processos de seleção, jamais puderam ocupar, a despeito do talento de que são dotados, as posições que mereceriam. (p. 22)

Ademais, a carreira universitária é revestida de um duplo aspecto que deve ser observado pelo jovem cientista: deve ele possuir tanto as qualificações de cientista (pesquisador), quanto de professor. Todavia, dificilmente elas aparecem juntas na mesma pessoa, isto é, não necessariamente um bom cientista é um professor e vice-versa.

Qual é o critério para ser um bom professor? Embora o autor não concorde, o bom professor é tido como aquele que possui muitos alunos e tem as salas cheias. Porém, ter muitos alunos não necessariamente significa que as aulas são boas ou que agucem o senso crítico do estudante. Esse sim é o papel do bom professor.

Segundo o autor, essas são as condições exteriores da ocupação de cientista: papel do acaso e o duplo aspecto da vocação universitária.

Sobre o papel da vocação científica propriamente dita narra o autor que “(...) *essa vocação é determinada, antes de tudo pelo fato de que a ciência atingiu um estágio de especialização, que ela outrora não conhecia e no qual, ao que nos é dado julgar, se manterá para sempre*” (p. 26).

Necessário aqui ressaltar o papel marcante da ESPECIALIZAÇÃO na ciência atual. Ou seja, apenas como um especialista o cientista poderá construir algo que permanecerá: “*Em nosso tempo, obra verdadeiramente definitiva e importante é sempre obra do especialista*” (p. 27).

Igualmente importante é o **papel da PAIXÃO** na atividade do cientista. Porém, ainda que intensa e sincera, somente a paixão não é suficiente para que o cientista logre êxito em sua pesquisa científica, pois essa paixão não passa de requisito da **INSPIRAÇÃO**, único fator decisivo para o êxito científico. Não há como alcançá-la a qualquer momento, a inspiração aparece quando algo ocorre, de súbito, no espírito do cientista: não há como prever; sendo que ela aparece somente depois de muito trabalho – “*esforço profundo*”. **Em resumo, com trabalho e paixão, o cientista desenvolve uma intuição que o levará para a inspiração**, lembrando que as intuições científicas dependem de fatores que por são por nós ignorados.

Para Weber, é necessário para que o jovem cientista se dedique plenamente ao seu ofício para adquirir a personalidade necessária ao sucesso profissional. Da mesma forma ocorre com o artista: “*(..) aquele que põe todo o coração em sua obra, e só nela, eleva-se à altura e à dignidade da causa que deseja servir*” (p. 32).

Questão do progresso: uma característica que diferencia o trabalho científico do trabalho artístico é que a ciência está ligada a noção de **PROGRESSO**. O “progresso artístico” não implica necessariamente que uma obra de arte “acabada” será ultrapassada por outra verdadeiramente “acabada”. Não podemos falar, por exemplo, que *A Monalisa* foi ultrapassada pela *Guernica* de Picasso. Contudo, no domínio da ciência uma obra construída é efetivamente ultrapassada por outra, ou seja, é possível dizer que está

obsoleta: por exemplo, no âmbito da física, a mecânica clássica de Newton foi superada pela teoria da relatividade de Einstein. **Surge, aqui o problema da SIGNIFICAÇÃO da ciência, que inclusive foi tema de uma questão na prova passada!**

A significação de que está revestido todo o trabalho científico é a de que “*toda obra científica ‘acabada’ não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas ‘indagações’: ela pede, portanto, que seja ultrapassada e envelheça*” (p. 33). A obra científica exige, portanto, que seja ultrapassada e envelheça. E, em princípio, esse progresso se prolongará ao infinito. Sendo assim, o cientista tem que ter a consciência de que seu trabalho envelhecerá e é questão de tempo para ser superado: o cientista precisa saber que lidará apenas com especialidades (e não com um conhecimento de caráter geral) e que sua obra se perderá no infinito.

4.2. (p. 34-42)

Weber afirma que: “*O progresso científico é um fragmento, o mais importante indubitavelmente, do processo de intelectualização*” (p. 34). O que isso quer dizer? O progresso científico faz parte de um todo maior, é apenas um fragmento do processo de intelectualização/racionalização que vem se desenvolvendo ao longo de milênios na civilização ocidental. Devemos, portanto, à ciência essa “racionalização intelectualista”.

Todavia, o fato dessa intelectualização e racionalização aumentarem a cada dia não implica dizer que temos um conhecimento geral e amplo do mundo, ou de todos os processos científicos. Ora, ninguém, exceto o especialista, sabe dizer como funciona um telescópio espacial, ou um trem.

Quais são, então, as consequências desse processo de intelectualização/racionalização? Aqui, citamos um dos principais trechos desse ensaio:

Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, *poderíamos, bastando que o quiséssemos*, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos *dominar* tudo, por meio da *previsão*. Equivale isso a despojar de magia o mundo (p. 35)

“Despojar de magia o mundo” essa afirmação é chamada por Weber de **processo de desencantamento do mundo ocidental, que também já foi tema de uma pergunta da prova objetiva do IV Concurso**. Esse processo de desencantamento nada mais é do que explicar o mundo sem necessitar apelar aos meios mágicos ou misteriosos, ou seja, explicar o mundo tratando de recorrer à técnica e à previsão.

Dominação, técnica e previsão: a isso corresponde o processo de **intelectualização/racionalização da qual a ciência faz parte**.

Em suma, a dominação racional do mundo, que se dá principalmente por meio do progresso científico, afasta a interferência de qualquer poder misterioso e imprevisível em nossas vidas.

Um efeito colateral, se é que assim podemos chamar, é que não haveria sentido algum esse progresso ao infinito. Weber cita Léon Tolstói e diz que o homem civilizado nunca pode sentir-se pleno de vida, porque ele apenas consegue apreender o provisório, nunca o definitivo. Sendo assim, a vida do homem civilizado não tem sentido, pois esse progresso científico, despojado de sentido, faz da vida um acontecimento sem significação.

Aqui, surge a questão: qual seria, então, o significado da ciência no contexto da vida humana e qual seria seu valor?

A primeira referência utilizada pelo autor para responder às indagações é a alegoria da caverna criada por Platão e exposta no livro sétimo de sua obra “A República” (escrita no século IV a.C.). Nessa época os gregos – discípulos de Sócrates – descobriram o sentido de *um dos maiores instrumentos de conhecimento científico*: o conceito. A ciência para os antigos era, portanto, a busca pelo verdadeiro, daquilo que estava além dos objetos à vista do homem.

A essa descoberta associou-se, depois, no Renascimento, o *segundo grande instrumento do trabalho científico*: a experimentação racional. Tornou-se ela meio seguro para controlar a experiência, sem o qual a ciência empírica moderna não teria sido possível: para o homem moderno a experimentação virou um princípio da pesquisa

científica. A ciência, na época do Renascimento, por meio da experimentação, era “o caminho capaz de conduzir a arte verdadeira, o que equivaleria dizer o caminho capaz de conduzir a verdadeira natureza” (p. 39). Cuidava-se, portanto, de uma ciência, sob influência indireta do protestantismo e puritanismo, que visava encontrar o caminho que conduz a Deus ou, pelo menos, “descobrir traços de suas intenções através do exame da natureza, por intermédio das ciências exatas, que permitiriam apreender fisicamente suas obras” (p. 40). Em poucas palavras, seria a ciência como caminho que leva à felicidade.

Weber tece críticas a esse propósito de significação da ciência dizendo que os conhecimentos científicos não são os mesmos que levam a uma significação do mundo. Ou seja, prega um afastamento entre religião e ciência, porquanto afirma que não há como conhecer caracteres divinos por meio do racionalismo e do intelectualismo da ciência.

Qual seria, então, o sentido da ciência como vocação? Para Tolstói, ela não teria sentido, porque não permite responder àquilo que realmente nos importa – o que estamos fazendo aqui? –, porquanto não nos ensina o que devemos fazer ou como devemos agir.

4.3. (p. 42-54)

Surge a ideia de “Ciência sem pressupostos”: mas o que isso quer dizer? Seria possível? Bem, a ciência sempre deve ter alguns pressupostos, ainda que de caráter geral: “*Todo trabalho científico pressupõe sempre a validade das regras da lógica e da metodologia*” (p. 42), além de pressupor que o resultado a que o próprio trabalho científico leva é importante em si, isto é, merece ser conhecido. Porém, esses pressupostos, ainda que estejam postos na ciência, não podem ser demonstrados por meios científicos.

Além disso, cada ciência específica possui seus próprios pressupostos. Vejamos, por exemplo, o exemplo da ciência do Direito citado por Weber. Essa disciplina estabelece o que é válido segundo determinadas regras jurídicas e em que momento determinadas regras e métodos de interpretação são havidos como obrigatórios, ou quais são, segundo as normas da doutrina jurídica, os meios que devem prevalecer naquela

situação. A ciência jurídica já jamais questiona o pressuposto se deveria haver um Direito e regras jurídicas, ou o porquê de determinada regra.

- **Exemplo do tráfico e do porquê punir o tráfico.**

O que significa dizer que a ciência não tem pressupostos? Weber responde que a ciência não se submete a nenhuma autoridade que não à racionalidade, porque não aceita “milagres” nem conhece “revelações”. Ou seja, a ausência de pressupostos não faz com que a ciência tenha de se curvar a nenhuma autoridade além da razão.

Em linhas gerais, o que o autor pretende passar é a ideia do afastamento do conhecimento científico, que é meramente técnico e especializado, da busca de juízos de valor sobre determinados pressupostos.

Surge, nesse ponto do ensaio, o problema da mistura da política com a vocação do cientista. Weber deixa clara a sua posição de que a política não tem lugar nas salas de aulas das universidades, nem por parte dos alunos, que não devem utilizar-se do espaço acadêmico para suas manifestações, e menos ainda da parte dos docentes, uma vez que, na cátedra, o professor nunca poderá ser retrucado ou questionado, pois enquanto ele tem a palavra, os estudantes estão condenados ao silêncio. Segundo palavras do autor:

A um professor é imperdoável valer-se de tal situação para buscar incutir, em seus discípulos, as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é seu dever, através da transmissão de conhecimento e de experiência científica (p. 47)

A justificativa weberiana é que não se deve misturar valores pessoais, crenças e posições políticas práticas na atividade acadêmica, porque “*sempre que um homem de ciência permite que se manifestem seus próprios juízos de valor, ele perde a compreensão integral dos fatos*” (p. 48).

Ainda sobre o uso político da cátedra, é dito que o cientista (e o professor) nada mais é do que um cientista (e professor), não pode ser podendo ser confundido com um líder: “*a juventude espera um líder e não um professor. Ora, é só como professor que se ocupa uma cátedra*” (p. 52). Justificativa weberiana: seria covardia utilizar-se da sala de

aula, local em que o professor não poderá ser questionado como tal pelos alunos, para expor suas concepções de mundo e impor suas convicções partidárias. Se quiser fazê-lo, que seja em local público, como reuniões, associações etc., lugares em que poderá ser questionado e criticado. Para Weber: "*os indivíduos que a si mesmo se julgam líderes são, frequentemente, os menos qualificados para tal função: de qualquer forma, a sala de aula não será jamais o local em que o professor possa fazer prova de tal aptidão*" (p. 54).

4.4. (p. 54-64)

No trecho final desse primeiro ensaio, Weber pergunta qual seria, de fato, a contribuição positiva da ciência para a vida prática e pessoal e inicia um **debate sobre o problema do papel da ciência.**

Já adianto que serão 04 (quatro) as contribuições da ciência para o controle da vida:

Em primeiro lugar, a previsão: "*a ciência coloca naturalmente à nossa disposição certo número de conhecimentos que nos permitem dominar tecnicamente a vida por meio da previsão, tanto no que se refere à esfera das coisas exteriores como no campo da atividade dos homens*" (p. 54).

Em segundo, métodos de pensamento: "*isto é, os instrumentos e uma disciplina*" (p. 54-55). **Exatamente esse ponto foi objeto de pergunta no último concurso** – posso até ler a questão e dizer quais são os erros dela.

A terceira contribuição da ciência é a clareza: "*a ciência contribui para clareza*" (p. 55).

E a quarta e última contribuição da ciência é que ela permite ao homem situar-se perante diferentes visões de mundo, de forma que "*o cientista pode esclarecer que determinada posição deriva de uma e não de outra concepção*" (p. 56): é a distinção, que nada mais é do que determinar que tal ou qual posição deriva desta ou daquela visão de mundo, lembrando que o sentido último das coisas não pertence à ciência, mas à própria vida.

Após expor as quatro contribuições da ciência para o controle da vida, Weber, por suas próprias palavras, resume muito bem o que entende por vocação científica:

A ciência é, atualmente, uma ‘vocação’ alicerçada na *especialização* e posta ao serviço de uma tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas. A ciência não é o produto de revelações, nem é graça que um profeta ou visionário houvesse recebido para assegurar a salvação das almas; não é também porção integrante da meditação de sábios e filósofos que se dedicam a refletir sobre o *sentido do mundo*” (p. 58 – negrito nosso).

O autor também faz um belo diagnóstico de época, que vale a pena ser citado para a compreensão do progresso científico e, principalmente, do desenvolvimento histórico que culminou em nossa sociedade ocidental atual:

O destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalidade, pela intelectualização e, sobretudo, pelo ‘desencantamento do mundo’ levou os homens a banir da vida pública os valores supremos e mais sublimes (p. 62)

Por fim, Weber critica teologias que se pretendem ciências e volta a defender, na conclusão, a virtude maior do homem de ciência: que é a **probidade intelectual**.

5. Segunda parte: “A política como vocação” (p. 65-157)

Refere aos pontos 5.1 (Estado e dominação em Max Weber), 5.1.1 (Os fundamentos de legitimidade da dominação: a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática), 5.1.2 (Estado moderno e burocratização: a burocracia como forma de organização social, as conseqüências da burocratização do Estado) e 5.1.2 (Ética de convicção, ética de responsabilidade e vocação política) do edital do VII Concurso.

Esse ensaio já foi objeto de questionamento na prova objetiva do IV e V Concursos da DPESP.

Esta Conferência é dividida em onze tópicos inominados.

5.1. (p. 65-77)

Inicialmente, Weber define política por meio de um conceito amplo: “Entenderemos por política apenas a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce em tal sentido” (p. 66).

Surge, aqui, a figura do Estado. Mas, o que é o Estado? “Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física” (p. 66). Porém, isso não implica dizer que o Estado se reduz a mera violência: ela é seu instrumento específico, é seu instrumento normal de poder. **Isto significa dizer que, na célebre definição de Weber, o Estado contemporâneo é a comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, detém o “monopólio do uso legítimo da violência física”** (p. 67 – **negrito e sublinhados nossos**).

Após essas ponderações, o autor esclarece que “Por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (p. 67). Logo, é possível afirmar que todo homem que se entrega à política aspira ao poder.

O Estado depende de uma condição para existir. Aqui, aparece o conceito weberiano de dominação: “o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima)” (p. 67). **O Estado só existirá caso os homens se submetam a sua dominação.** Mas, de onde vem essa dominação? **Quais são os fundamentos da legitimidade da dominação?**

Weber apresenta três tipos de dominação legítima. Em outras palavras, três fundamentos da legitimidade que justificam essa dominação – **esse ponto, inclusive, já foi tema de pergunta na prova objetiva do IV Concurso da DPESP:**

O primeiro tipo é a dominação tradicional, originária do *poder tradicional*. Sua autoridade é oriunda do chamado “passado eterno”, ou seja, “*dos costumes santificados pela validez imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los*” (p. 68). É

o poder, por exemplo, que o patriarca (o *Pater familias*) e o senhor de terras exerciam antigamente.

Já o segundo tipo de dominação é a carismática, que advém do chamado *poder carismático*. É calcado na “*autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe*” (p. 68). É, por exemplo, o poder que o profeta, o chefe guerreiro e o demagogo (ou chefe de um partido político) exercem.

Por último, o terceiro tipo é denominado de dominação legal, procedente do *poder legal*. É a autoridade que se impõe em razão da legalidade e pela “*crença na validade de um estatuto legal e de uma ‘competência’ positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conforme ao estatuto estabelecido*” (p. 68). Por exemplo, é o poder que detém os servidores do Estado em nossos tempos atuais.

Após apresentar os tipos de dominação legítima, o autor tece dois comentários importantes a respeito dessas formas de dominação: o primeiro, é que na realidade concreta, a obediência dos súditos é condicionada, fundamentalmente, pelo medo (de um mal, por exemplo) e pela esperança de uma recompensa; o segundo, é que esses três tipos de dominação são para fins didáticos, pois dificilmente são encontrados “puros”: na realidade, geralmente estão misturados.

Weber afirmar que especificamente nesse segundo tipo de dominação, denominada dominação carismática, que fica mais evidente a questão da vocação política, onde encontramos seus traços mais característicos. Segundo o autor: “*A História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas*” (p. 70). Nada mais é do que a figura do demagogo, que Weber diz ser mais comum na civilização ocidental moderna.

Avançando no tema da dominação política, necessário dizer que no chamado Estado-maior administrativo, que representa externamente a organização de dominação política, a obediência dos homens fundamenta-se não apenas nas três condições de

legitimidade expostas, mas também, e sobretudo, “*em duas espécies de motivo que se relacionam a interesses pessoais: retribuição material e prestígio social*” (p. 71). Os funcionários do Estado, os políticos de carreira, normalmente buscam esses dois elementos.

Weber afirma que também são imprescindíveis (além do Estado administrativo) meios materiais de gestão para a dominação se estabilizar e se manter, meios estes que necessitam de uma espécie de continuidade administrativa: “*a dominação organizada necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão*” (p. 71). Assim, “*Para assegurar a estabilidade a uma dominação que se baseia na violência fazem-se necessários, tal como em uma empresa de caráter econômico, certos bens materiais*” (p. 71). Essa ideia é o cerne do Estado moderno: por necessitar de bens materiais, ele é administrado como uma empresa capitalista, como um escritório, por meio de técnicas racionais. E, a partir daqui, começamos a entrar no tema da burocracia estatal moderna.

Do ponto de vista dos meios materiais, duas categorias de administração são possíveis: a primeira, em que o próprio estado-maior, por meio de seus funcionários, onde eles próprios são os detentores dos instrumentos de gestão; ou a segunda, em que o estado-maior é “privado” dos meios de gestão, que ficam nas mãos de pessoas economicamente independentes do poder.

Weber dá o nome de agrupamento organizado “*ao agrupamento político no qual os meios de gestão são, total ou parcialmente, propriedade do estado-maior administrativo*” (p. 72), e cita como exemplo a sociedade feudal, em que o vassalo pagava taxas para administração e aplicação da justiça pelo uso do território que lhe era confiado.

O desenvolvimento do Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o príncipe expropriar os poderes privados independentes do seu, ou seja, tirar o poder daqueles que possuem meios materiais e concorrem com o próprio poder do Estado. Na visão do autor, esse processo também acompanha o desenvolvimento da empresa capitalista: “*esse processo se desenvolve em paralelo perfeito com o desenvolvimento da empresa capitalista que domina, a pouco e pouco, os produtores independentes*” (p. 73-74). Ou seja, o Estado moderno conseguiu, de maneira integral, privar a direção

administrativa, os funcionários e trabalhadores burocráticos de quaisquer meios de gestão, centralizando-o numa única mão (ex.: burguês como detentor dos meios de produção). De acordo com Weber, este é o Estado burocrático: “o que melhor caracteriza o desenvolvimento racional do Estado moderno” (p. 61).

Em razão disso, o político, no mundo moderno, é como um funcionário de carreira. Quem comanda são os dirigentes, que é quem dispõe dos meios de gestão para executar os comandos. Com isso, a definição de Estado moderno – também chamado pelo autor de Estado burocrático – pode ser inclusive ampliada:

“o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão” (p. 74-75 – negrito nosso).

Esse trecho, também, já foi tema de pergunta na prova objetiva do V Concurso da DPESP.

Como consequência dessa expropriação dos meios de gestão, aparece com o Estado moderno uma nova categoria de “homens políticos profissionais”. Isso não impede, todavia, diferentes formas de dedicação à política: Weber diz que podemos exercitar a política de maneira “ocasional”, quando exercemos nosso direito ao voto, por exemplo; diz que é possível transformar a atividade política numa “profissão secundária”, caso dos membros de partidos políticos e dos integrantes de Conselhos de Estado; e, também, que é possível exercer a atividade política como “profissão principal”.

5.2. (p. 78-91)

Ao exercer a política como principal ocupação, o autor distingue duas maneiras de se dedicar à política: (i) aqueles que vivem “para” a política e (ii) os que vivem “da” política, ressaltando que não há nada de exclusivo nessa oposição, ou seja, em geral se faz uma e outra coisa ao mesmo tempo. A distinção entre ambos se assenta no aspecto econômico.

Quem vive “para” a política? É aquele que a transforma na “finalidade da sua vida”: tudo que faz converte-se para a política – seja porque tem um imenso desejo de poder, seja porque só assim sua vida encontra sentido, independentemente das vantagens econômicas que essa atividade pode lhe proporcionar. Já aquele que vive “da” política é a pessoa que a toma como uma fonte de renda.

Sendo assim, para um homem viver “para” a política, ele deve possuir fortuna pessoal: não pode ter preocupações financeiras para poder se dedicar integralmente para a atividade política. Por isso, quem é mais disponível para viver para a política é exatamente o capitalista, economicamente disponível, na medida em que “*recebe rendas sem nenhum trabalho*” (p. 79).

Consequência disso é que, na política, “*necessariamente as camadas dirigentes são recrutadas segundo critério ‘plutocrático’*” (p. 80). Isso, contudo, não significa que sejam eles os melhores governantes, pelo contrário, acabam tirando vantagem da sua posição dominante em benefícios de seus interesses econômicos. Em poucas palavras, os ricos seriam os que mandam na política.

A todos os outros, isto é, aqueles que não possuem fortuna para se dedicar integralmente para a política, devem viver “da” política. Isso também não significa que os homens políticos desprovidos de fortuna tenham como única preocupação, durante sua trajetória política, “*obter, exclusivamente ou mesmo principalmente, vantagens econômicas e que eles não se preocupem ou não considerem, em primeiro lugar, a causa a que se dedicaram*” (p. 80). Assim, de acordo com Weber, o “homem político profissional” que vive “da” política pode ser um beneficiário ou um funcionário remunerado.

A principal consequência do recrutamento dessas pessoas que vivem “da” política é que o poder político acaba tendo como função essencial a de “*controlar a distribuição de empregos*” (p. 82). “*Dessa forma, aos olhos de seus aderentes, os partidos aparecem, cada vez mais, como uma espécie de trampolim que lhes permitirá atingir esse objetivo essencial: garantir o futuro*” (p. 83-4).

O problema, para Weber, é que *“a essa tendência opõe-se, entretanto, o desenvolvimento moderno da função pública que, em nossa época, exige um corpo de trabalhadores intelectuais especializados, altamente qualificados e que se preparam, ao longo dos anos, para o desempenho de sua tarefa profissional, estando animados por um sentimento muito desenvolvido de honra corporativa, onde se acentua o capítulo da integridade”* (p. 84). Em outros termos, onde deveria haver honra e integridade, há caça de empregos.

Na sequência, o autor traça o desenvolvimento histórico da figura desse funcionário público especializado em aconselhar o líder no andamento do Estado. Aqui, há novamente o paralelo entre o Estado e a empresa capitalista: *“a evolução, ao mesmo tempo em que transformava a política em uma ‘empresa’, ia exigindo formação especial daqueles que participavam da luta pelo poder e que aplicavam os métodos políticos, tendo em vista os princípios do partido moderno”* (p. 88-89). Essa evolução proporciona uma divisão dos funcionários estatais em duas categorias: os “funcionários políticos”, ou seja, aqueles que podem ser deslocados ou colocados em disponibilidade de acordo com a vontade do dirigente; e os “funcionários de carreira”, aqueles inamovíveis como, por exemplo, os funcionários de carreira de magistratura.

5.3. (p. 91-97)

Weber traça um panorama histórico das categorias as quais pertenciam os “políticos profissionais”: primeiro, os clérigos; depois, os letrados com formação humanística; terceiro, o nobre; em seguida, o patriciado; em quinto, os juristas esclarecidos que, influenciados pela jurisprudência romana, foram os responsáveis pela progressão da forma estatal racional.

Adverte o autor que *“o verdadeiro funcionário (...) não deve fazer política exatamente devido a sua vocação: deve administrar, antes de tudo, de forma não partidária”* (p. 96), diferenciando a honra do subordinado da honra do chefe: a honra do funcionário subordinado está em conseguir executar adequadamente o que lhe determinam, obedecer ordens superiores; a honra do chefe está na sua *responsabilidade pessoal* sobre suas decisões, que é indelegável, pois é ele quem responde por seus erros e pelos erros de seus funcionários.

2.4. (p. 97-103)

Voltando-se a análise dos tipos de figuras políticas, Weber destaca a figura do “demagogo” como o chefe político típico do Ocidente, que antes fazia uso da palavra oral e hoje usa e abusa da palavra escrita: “*por tal motivo é que o publicista político e, muito particularmente, o jornalista são, em nossa época, os mais notáveis representantes da demagogia*” (p. 98). Porém, o autor descarta a carreira jornalística como via normal para alcançar a posição de chefe político, em que pese sua importância para atividade política profissional.

2.5. (p. 103-113)

Nesse ponto do ensaio, aparece a nova figura do “funcionário de um partido político” – político profissional. Para compreendê-la é necessário examinar os próprios partidos políticos.

A partir de uma observação histórica, permeada em todos os lugares como uma empresa de interesses, é possível afirmar que os partidos políticos em sua aurora, na Inglaterra, não passavam de um simples aglomerado de dependentes da aristocracia.

Nos locais em que não existiam essas associações, a atividade política estava privada de qualquer organização. Apenas nas grandes cidades é que estavam instaladas as seções permanentes dos partidos, mantidas por contribuições, e onde a atividade política era exercida apenas nos períodos eleitorais.

A evolução natural veio com a influência que essas reuniões representavam através dos homens que possuíam assento no Parlamento, e devido a necessidade de contribuições dos associados para arcar com custos.

Sentiu-se, então, a necessidade de uma coesão maior no interior dos partidos, expandindo-os para cidades médias, a fim de se manter uma estrutura permanente e unificada.

Após, foram paulatinamente distribuídas as tarefas e os frutos dessa conquista do poder entre os integrantes do partido, principalmente dos funcionários permanentes nessa nova organização dos partidos político: “*os militantes e, em especial, os funcionários e dirigentes do partido esperam, naturalmente, que o triunfo do chefe lhes traga compensação pessoal: posições ou vantagens outras*” (p. 111).

2.6. (p. 113-127)

Aprofundamento da burocratização partidária. Na Inglaterra, surge a figura do *election agent*: responsável pela garantia do controle das despesas eleitorais, obrigando o candidato a declarar as somas despendidas na campanha.

Sistema de *caucus* (adotado na Inglaterra): com o objetivo de atrair a massa, foram criados comitês eleitorais nos bairros da cidade, crescendo o número de empregados do partido, e permitindo a centralização do poder na mão de uma pessoa: o chefe do partido.

EUA – *Spoil system*: desenvolvido no âmbito dos partidos políticos estadunidenses, na década de 1840, implica na atribuição de todos os postos da administração, seja federal seja estadual, aos partidários do candidato vitorioso (p. 119-120).

Dessa maquinaria plebiscitária surge a figura do *boss*: “*É um empresário político capitalista, que busca votos eleitorais em benefício próprio, correndo os riscos e perigos inerente a essa atividade*” (p. 121). Ele só almeja o poder, seja como fonte de riquezas seja pelo próprio poder.

Nesse sistema, a distribuição de cargos se faz principalmente em função dos serviços prestados ao partido, mas também mediante pagamento de determinada quantia em dinheiro para obtenção deste ou daquele cargo. Nos dizeres de Weber: “*Estamos, portanto, diante de uma empresa política dotada de forte estrutura capitalista, rigidamente organizada de alto a baixo e apoiada em associações extremamente poderosas*” (p. 124).

Já na Alemanha, a estrutura político-partidária era diferente, em razão da impotência do Parlamento, da importância e existência do funcionário de carreira e de possuírem uma doutrina política. Dessa forma, os políticos profissionais na Alemanha só puderam desempenhar papel subalterno.

2.7. (p. 128-131)

2.8. (p. 131-132)

Weber aduz que as variações sociais e históricas das diversas formas de política, impedem que seja fixada com absoluta certeza o contorno exterior da *vocação política*. Sendo assim, quem quiser viver “da” política só poderá escolher entre a alternativa de ser (i) jornalista ou burocrata num partido; (ii) buscar um posto num sindicato ou numa associação qualquer; e (iii) tentar buscar um cargo junto a municipalidade. Isto é, essas pessoas não farão valer sua vocação, seu chamado interior para a coisa pública, sendo taxados como orador assalariado ou escritor assalariado.

2.9. (p. 132-136)

Expostas as dificuldades da vocação política, passamos as alegrias íntimas que a carreira política pode proporcionar.

A primeira alegria que a política dá é o *sentimento de poder*. O sentimento de influenciar os outros homens e de participar ativamente do destino da história, o que traz grandes responsabilidades de ordem ética.

Sendo assim, quais seriam os pressupostos para que o indivíduo ingresse na carreira política? Segundo o autor, “*Pode-se dizer que há três qualidades determinantes do homem político: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção*” (p. 133).

Vamos a elas: (i) paixão: no sentido de “propósito a realizar”, isto é, a devoção pela “causa”; (ii) sentimento de responsabilidade: sentimento que deve ser adotado pelo homem político na defesa de uma “causa”: ter consciência das consequências de seus

atos, pois sem ele o indivíduo não se transformará em chefe político; senso de proporção: “*que é a qualidade psicológica fundamental do homem político*” (p. 133), isto é, o político deve conseguir se manter distante dos fatos e dos homens para melhor avaliar. “*Faz-se política usando a cabeça e não as demais partes do corpo*” (p. 106).

Por outro lado, o grande inimigo da vida política é a vaidade, entendida como a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira mais clara possível, em primeiro plano. Não é inofensiva, pois faz o homem político incorrer em graves erros, uma vez que acabará por acarretar ações sem causa ou sem o sentimento de responsabilidade.

Sendo o poder instrumento da política, a “busca do poder pelo poder” pode acarretar na superficialidade e na mediocridade do homem político. De acordo com o autor: “*Por certo que o simples politiqueiro do poder, objeto, também entre nós, de um culto cheio de fervor, pode alcançar grandes efeitos, mas tudo se perde no vazio e no absurdo*” (p. 135).

Constata-se, ainda, que embora o resultado final da atividade política raramente corresponda à intenção original do agente (p. 136), ele não poderá usar isso de pretexto para se furtar à sua causa, caso contrário a inutilidade desse político sem crença esconderá até mesmo seus feitos mais grandiosos.

2.10. (p. 137-152)

O último problema a ser tratado por Weber é o do *ethos* da política ou da ética da política. **Tema esse presente no edital e que já objeto de questionamento na prova objetiva do V Concurso da DPESP.**

Qual o lugar ético da política? Difícil escolher entre as diferentes opções possíveis. A ética coloca o homem em lugares desagradáveis, por exemplo, situações em que o indivíduo agiu de maneira incorreta e cria uma justificativa para si mesmo a fim de minimizar a atitude tomada. Ou seja, a ética não pode servir para justificar decisões tomadas com base em desejos pessoais: não se deve utilizar a ética para ter sempre razão.

Nesse ponto, surge o questionamento: há relação possível entre ética e política? Há uma ética específica da ação política? Weber questiona ser possível a existência de uma regra ética geral. Mesmo uma regra de não-violência não pode ser usada sempre. O texto não traz com clareza a resposta destas perguntas, deixando ao leitor sua interpretação acerca do tema, mas o autor consigna que a ética usada na política difere da ética usada em outros ramos, em virtude da nobreza de sua intenção, sendo certo que a originalidade própria da ética na política se finca no uso da violência legítima pelos Estados.

Em suma, é possível dizer que existem três tipos de ética, a saber, a ética absoluta, a ética da responsabilidade e a ética da convicção, sendo estas duas últimas plausíveis para a política.

A menos importante para nossos fins é a ética absoluta: a ética dos Evangelhos, da bíblia, é um exemplo de ética absoluta, que não suporta relativização. É uma ética do “tudo ou nada”, que se desapega da força (instrumento específico da política). Daí, porque se pode entender que este tipo de ética não pode ser aplicada na política, porque a política sempre recorre a meios violentos, mesmo em períodos pacíficos, diferentemente de uma ação fundada no discurso da ética absoluta, que prega a não-resistência, a paz, os meios anti-violentos.

Também, há o problema do dever incondicional da verdade, que está ligado a ética absoluta. Dever este que o autor diz ser inaceitável na política: “*o político entenderá que essa maneira de agir, a julgar pelos resultados, longe de lançar luz sobre a verdade, irá obscurecê-la, pelos abusos e pelo desencadeamento de paixões que provocará*” (p. 142). Em outras palavras, a ética absoluta não se preocupa com o problema das consequências das ações de dizer sempre a verdade, atitude essa que não tem lugar na atividade política.

Superado esse ponto, passemos a ética da responsabilidade e a ética da convicção.

De início, importante ressaltar que elas não são isoladas ou excludentes.

A ética da convicção é aquela que diz que o homem deve sempre cumprir o seu dever, confiando os resultados a Deus ou ao destino, independentemente das

consequências de seus atos. Ou seja, é a atitude daquele que, convencido da justeza intrínseca de seus atos – meios –, é indiferente aos efeitos que estes atos podem acarretar – fins. A única responsabilidade do portador da ética da convicção é com a pureza da doutrina ou da sua crença. Seus atos servem apenas para estimular sua própria convicção.

Já a ética da responsabilidade é a que diz que o homem deve sempre responder pelas previsíveis consequências de seus atos. É a atitude daquele que leva em conta as consequências previsíveis dos seus atos.

Novamente, friso que ambas podem ser aplicadas à política, lembrando que “*o instrumento decisivo da política é a violência*” (p. 144). E, em razão dessa especificidade, fica complicada a relação entre meios e fins, porquanto meios violentos eventualmente devem ser usados para se obter um fim almejado (por exemplo, a própria paz). Com isso, Weber conclui que “*parece, portanto, que é o problema da justificação dos meios pelo fim que, em geral, coloca em cheque a ética da convicção. De fato, não lhe resta, logicamente, outra possibilidade senão a de condenar qualquer ação que faça apelo a meios moralmente perigosos*” (p. 145). **Portanto, mais adequada para a vida política seria a ética da responsabilidade, porque lida com os resultados de ações e com o uso da força.**

Em razão dessas afirmações, o autor afirma categoricamente, em tese, a impossibilidade de conciliar a ética de convicção e a ética de responsabilidade, justamente pelo fato de serem antagônicas. Porém, na prática, ao analisar casos práticos e históricos, constata-se que a ética de convicção e a ética de responsabilidade se completam, e o homem que usá-las juntas aspirará a vocação política, no sentido de praticar seus atos com responsabilidade, mas sem deixar de lado as paixões e crenças necessárias na ética de convicção.

Desta forma, entende-se que o homem político por vocação deve se despir dos apegos morais elencados pela religião, eis que esta última tem fundamentos contrário a política, o que leva Weber a afirmar, inclusive, que aqueles que pretendem ingressar na política, sobretudo os por vocação, “*se comprometem com potências diabólicas que atuam com violência*”.

Isto significa que, na política, não se pode querer fugir ao preço de se usar a violência. “A originalidade própria dos problemas éticos no campo da política reside, pois, em sua relação com o instrumento específico da violência legítima. (...) Seja qual for o objetivo das ações que pratica, todo homem que pactua com aquele instrumento [de uso da violência legítima] – e o homem político o faz necessariamente – se expõe às consequências que ele acarreta” (p. 150).

Não há como, no bojo da atividade política, imiscuir-se do uso da violência. Logo, todo homem que se utiliza da força se expõe as consequências que ela traz.

2.11. (p. 152-157)

Assim, quem pretende se dedicar à política precisa estar ciente dos paradoxos éticos que a tarefa lhe reserva. Citando, aqui, um interessante trecho do texto, diz Weber sobre o homem político: “*repito que ele se compromete com potências diabólicas que atuam com toda a violência*” (p. 152).

Nem os homens de paz, tampouco os puritanos, usam o instrumental político: “*todos esses objetivos que não é possível atingir a não ser por meio da atividade política – onde necessariamente se faz apelo a meios violentos e se acolhem os caminhos da ética da responsabilidade – colocam em perigo a ‘salvação da alma’*” (p. 153).

E, para encerrar nossa aula, sobre o tema da vocação política, e sua relação com a ética da convicção e a ética da responsabilidade, cito o autor:

“*Vemos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõe, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à ‘vocação política’*” (p. 122).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas Vocações*. 18ª edição. São Paulo: Cultrix, 2011.